

Um ajuste por conta e risco dos Estados

Tudo indica que o ajuste fiscal dos Estados ainda dependerá mais da agenda dos governadores

Por Marta Watanabe

11/12/2019 05h01 · Atualizado há 4 horas

Na primeira semana de setembro, Eduardo Leite (PSDB-RS) foi uma das primeiras vozes entre os governadores a demonstrar publicamente seu ceticismo em relação à chamada PEC paralela - PEC 110/2019 -, que estende a Estados e municípios os termos da PEC principal da reforma previdenciária aprovada para os servidores federais e para o regime geral.

Naquele momento ainda tramitava a PEC principal, mas o governador do Rio Grande do Sul antevia dificuldades para a proposta que corria paralelamente. “Estamos fazendo privatizações para reduzir o custo da máquina pública. Não vamos esperar a aprovação da PEC paralela. Ela vai se arrastar por longo período, e a expectativa de que ela seja aprovada vai nos deixar imobilizados”, disse. Já naquele momento anunciou que o governo gaúcho encaminharia à Assembleia Legislativa sua própria proposta de reforma previdenciária.

Ajuste das contas estaduais teve pouca ajuda federal

Ao fim do mês seguinte, em evento em São Paulo, Ronaldo Caiado (DEM), governador de Goiás, declarou que dava a “mão à palmatória” ao ex-governador do Espírito Santo Paulo Hartung. Segundo Caiado, Hartung, no início de 2019, aconselhou-o a não esperar soluções de Brasília. “Não segui seu conselho e fiquei lutando para o RRF [Regime de Recuperação Fiscal] e para o Plano Mansueto [referência ao secretário do Tesouro, Mansueto Almeida] e tudo não saiu de uma grande ilusão. Perdi tempo”, disse. Caiado também citou, então, o encaminhamento de proposta de reforma previdenciária local.

As declarações de Leite e Caiado refletem a percepção de que o reequilíbrio fiscal dos Estados ficou sob conta e risco dos governadores, e pouco contou com medidas aprovadas em âmbito federal no decorrer de 2019. Com a retirada dos Estados da PEC 6/2019 (a principal da reforma da Previdência), mudanças na idade mínima e no cálculo da aposentadoria de seus servidores dependem agora da iniciativa dos governadores. Além do Rio Grande do Sul e de Goiás, outros Estados, como Alagoas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santo, encaminharam às suas respectivas Assembleias Legislativas mudanças na área previdenciária.

Em entrevista publicada no **Valor** no dia 3, Leite declarou contar com 42 deputados em sua base ou em partidos alinhados ideologicamente no Legislativo gaúcho. É uma ampla maioria entre os 55 deputados da Assembleia que votarão medidas duras de reformas previdenciária e administrativa, buscando um impacto de R\$ 25 bilhões em dez anos. A base do governo gaúcho, porém, provavelmente não se reproduz em todos os Estados e em boa parte deles o máximo que se vai conseguir - ou buscar - é a aprovação da contribuição previdenciária de 14%, patamar mínimo que a PEC 6/2019 tornou obrigatório a entes com déficit atuarial. O aumento da alíquota pode contribuir para aliviar déficits financeiros no curto prazo, mas não evita o avanço da despesa de pessoal, principal problema estrutural no desequilíbrio fiscal dos Estados.

O chamado Plano Mansueto, citado por Caiado, é outro exemplo de medida frustrada em auxílio aos Estados. Formalmente batizado como Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), o programa foi desenhado pela Secretaria do Tesouro Nacional para possibilitar a Estados com rating C ou D obter financiamentos com aval da União em troca do cumprimento de pelo menos três entre oito medidas de ajuste sugeridas. Intensamente debatido entre representantes do Tesouro e dos Estados, o programa foi enviado ao Congresso via projeto de lei complementar ainda no primeiro semestre do ano, mas não andou.

O PEF e a reforma previdenciária são duas de seis medidas preciosas para o reequilíbrio fiscal dos Estados elencadas pela economista Vilma da Conceição Pinto, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV). A reforma administrativa, terceira medida, deve ter seu projeto enviado pelo

O Regime de Recuperação Fiscal (RRF), outra das seis medidas, avalia ela, tem sido importante para o Estado do Rio de Janeiro, embora com alguns atrasos no cronograma estabelecido. De qualquer forma, o Rio ainda é o único Estado que, desde 2017, conseguiu aderir ao RRF no mesmo ano em que o programa foi aprovado. O Rio Grande do Sul, antes mesmo da gestão de Eduardo Leite, já vinha negociando a adesão ao programa e teve inicialmente dificuldade de comprovar os requisitos para adesão. O processo de ingresso no RRF, aponta Vilma, é detalhado e complexo. A complexidade citada pela economista demanda tempo, um tempo com o qual não contam os Estados com grave comprometimento do quadro fiscal, justamente a quem o RRF se destina.

A reforma tributária é outro pilar considerado importante por Vilma para o reequilíbrio dos Estados e para o qual o governo federal pouco contribuiu no decorrer de 2019. As PECs em tramitação no Congresso sugerem a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que substituiria, entre outros tributos, o ICMS, imposto dos Estados que teve a base corroída nos últimos anos. Levantamento do Ibre/FGV mostra que a participação das bases sobre as quais o ICMS é calculado - fatia da indústria e comércio no valor adicionado total - caiu mais de seis pontos percentuais de 1997 a 2018.

O governo federal ainda não apresentou proposta formal de reforma tributária e deve sugerir inicialmente a fusão dos federais PIS e Cofins. Com isso o governo não deve atuar como protagonista para um consenso que envolva os entes federados na tributação sobre consumo.

A sexta e última medida considerada importante por Vilma para o reequilíbrio dos Estados direciona-se à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com alterações que tornem mais efetivos os instrumentos de controle e de transparência da gestão pública. Parte dessa mudança, lembra ela, estava na mesma lei complementar do Plano Mansueto. Mas nesse mesmo sentido, destaca Vilma, há mudanças importantes nas PECs Emergencial e do Pacto Federativo propostas pelo governo federal. Uma das alterações é a inclusão de dispositivo constitucional dizendo que os poderes Legislativo e Judiciário vão limitar gastos discricionários em igual proporção ao do Poder Executivo quando a realização de despesas e receitas não permitir o cumprimento de metas fiscais.

De qualquer forma, tudo indica que o ajuste dos Estados ainda dependerá mais da agenda dos governadores.

Marta Watanabe é repórter. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Cristiano Romero

E-mail: marta.watanabe@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Retire seu dinheiro dos grandes bancos agora.

EUQUEROINVESTIR.COM

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

[FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS](#)

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

[DESCONTALIA](#)

LINK PATROCINADO

Retrovisor capaz de reduzir acidentes finalmente chega ao Brasil. Conheça

[RETROVISOR MASTER VIEW](#)

LINK PATROCINADO

Casas de repouso em Salvador são mais baratas do que nunca

[CASAS DE REPOUSO | LINKS PATROCINADOS](#)

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

[CUPONOMIA](#)

Veja em Valor Investe

STF julgará se é crime deixar de pagar ICMS declarado

A tese é relevante para empresários e governos estaduais.

Por **Beatriz Olivon e Matheus Schuch** — De Brasília

11/12/2019 05h01 · Atualizado há 4 horas



Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite: "A causa é importante para gerar receitas para os Estados" — Foto: Claudio Belli/Valor

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar hoje se é crime não recolher ICMS declarado. A tese é relevante para empresários e governos estaduais. Esse é considerado por advogados o caso tributário mais relevante do ano, depois que o STF retirou da pauta o processo sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

A ação tem entre as partes interessadas representantes da indústria, comércio e agronegócio, além do Colégio Nacional de Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (Conpeg). Alguns Estados, como Santa Catarina e Minas Gerais, já adotam a tese. Outros, como São Paulo, estudam sua aplicação.

"A causa é importante para gerar receitas para os Estados", afirmou ontem o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB). O governador viajou a Brasília para participar de uma audiência com o relator do processo, ministro Luís Roberto Barroso. Segundo Leite, a ação é uma forma de garantir receitas a Estados pela possibilidade de constranger os devedores a efetuar o pagamento do ICMS, que é cobrado do consumidor, mas não é repassado aos Estados.

No julgamento, os ministros vão decidir se não pagar ICMS declarado configura apropriação indébita tributária, que tem pena de seis meses a dois anos de reclusão, além de multa. O tema é julgado em recurso contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de agosto de 2018. Na

No julgamento, os ministros negaram um pedido de habeas corpus a um casal de empresários de Santa Catarina que não pagaram valores declarados do tributo entre 2008 e 2010. No recurso, os empresários alegavam que estavam sendo processados criminalmente por mera inadimplência fiscal, sem fraude, omissão ou falsidade de informações (RHC 163.334).

Havia divergência entre as turmas de direito penal do STJ. Os ministros da 5ª Turma consideravam a prática crime. Os da 6ª, não. O habeas corpus (nº 399109) foi proposto pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, que continua atuando no processo. No STF, ganhou o reforço de um tributarista e de diversas entidades que representam setores da economia.

Para o tributarista que atua na representação dos comerciantes, Igor Mauler Santiago, do escritório Mauler Advogados, já existe uma punição rigorosa fora do direito penal para quem declara tributo e não paga: as multas elevadas, juros de mora e protesto em cartório.

O número de pessoas que podem ser atingidas pela criminalização dessa conduta em Santa Catarina e São Paulo pode superar 200 mil, segundo afirmou o defensor público Thiago Campos, de Santa Catarina, em audiência pública realizada pelo STF em março sobre o tema.

Já a subprocuradora-geral da República, Cláudia Sampaio Marques, disse que esse número mostra quantas pessoas sonegam ICMS. O Ministério Público do Estado de Santa Catarina leva o não pagamento de ICMS declarado em nota para a esfera penal desde 1993. São feitas mais de mil denúncias do tipo por ano.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Pare de perder dinheiro para os bancos
EUQUEROINVESTIR.COM

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Mocassim casual de couro legítimo em até 6x sem juros
ZENITTI

LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ouro, bitcoin, boi, maconha: veja quanto renderam no mês e em 2019 os fundos 'diferentes'

VALOR INVESTE

Os 10 carros usados mais vendidos em novembro

VALOR INVESTE

Produção industrial cresce 0,8% em outubro, em linha com a expectativa

VALOR INVESTE

Volta da renda ao nível pré-crise pode levar 18 anos

VALOR INVESTE

Fundos para pessoas físicas captam R\$ 93 bilhões em 2019, 40% da indústria e mais que o dobro de 2018

Governo vai propor reforma profunda no país, diz Cuiades o jornal

Governador do RS pede antecipação de verba do pré-sal aos Estados

Para Eduardo Leite, recurso será importante para Estados conseguirem pagar 13º ao funcionalismo

Por **Matheus Schuch e Fabio Murakawa** — De Brasília

11/12/2019 05h01 · Atualizado há 4 horas

Com salários atrasados e sem condições de pagar o 13º do funcionalismo, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), foi ao Palácio do Planalto ontem reforçar o pedido de antecipação dos recursos do pré-sal aos Estados. O repasse do bônus de assinatura do leilão, que soma R\$ 5,3 bilhões para todos os Estados, está previsto para 30 de dezembro.

“O ideal é que seja o quanto antes, muitos Estados querem usar para fazer o pagamento do 13º, que seria até o dia 20 de dezembro. Já não é o caso do Rio Grande do Sul porque, pelas condições fiscais, o Estado não tem condição e vai fazer o parcelamento”, explicou Leite.

O atraso nos salários dos servidores gaúchos já passa de um mês. Leite calcula que terá direito a uma parcela entre R\$ 230 milhões e R\$ 250 milhões neste fim de ano, recurso que seria destinado integralmente à folha. O 13º salário será parcelado em 12 vezes.

Leite considera que o repasse no dia 30 poderia inviabilizar o repasse aos servidores ainda em 2019, devido ao horário bancário. Assim, o pagamento poderia ficar para 2 de janeiro.

“A União está conseguindo reduzir, graças ao seu esforço, o déficit previsto para este ano, ou seja, está conseguindo encerrar o ano melhor do que esperava, e os Estados estão com dificuldades, por isso fazemos o apelo.”

Em pedido enviado ao presidente Jair Bolsonaro, o Fórum Nacional de Governadores já havia solicitado a antecipação. A expectativa dos governadores é de que o repasse seja feito antes do dia 20, prazo final para o pagamento em dia do 13º salário.

No fim do mês passado, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirmou que o Rio Grande do Sul era o Estado mais próximo de entrar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), de ajuda aos Estados. Minas Gerais e Goiás tentam entrar no programa, que por enquanto só conta com o Rio de Janeiro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

O Jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Retrovisor capaz de reduzir acidentes finalmente chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Casas de repouso em Salvador são mais baratas do que nunca
CASAS DE REPOUSO | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Marisa que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

Rio não zera contas a pagar e prevê que valor irá a R\$ 26 bi

Do total herdado de 2018, só 20% foram quitados até agora

Por Rodrigo Carro — Do Rio

11/12/2019 05h01 · Atualizado há 4 horas

O peso de R\$ 18,6 bilhões em despesas não quitadas herdadas pelo governo fluminense da administração anterior vai avançar por 2020 e mais além. Até o momento, pouco mais de 20% deste total foi pago. Restam aproximadamente R\$ 14,8 bilhões por quitar e, embora a Secretaria de Estado de Fazenda não divulgue projeção de restos a pagar para fim deste ano, a estimativa é de que montante continue a crescer no médio prazo, atingindo o patamar de R\$ 26,3 bilhões em 2023.

Na comparação de janeiro a outubro deste ano com igual período de 2018, houve aumento de 17,5% no saldo total de restos a pagar (despesas assumidas, mas não quitadas até 31 de dezembro). “O estoque de restos a pagar ainda irá aumentar em 2019, mas em proporções bem menores do que vem ocorrendo nos últimos anos”, sustentou a Fazenda fluminense, em nota.

Originalmente, o plano de ação apresentado à União em 2017 como parte do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), firmado naquele ano, previa que os restos a pagar fossem zerados ao fim de 2018. O plano de recuperação acabou se revelando pouco realista, quando confrontado com relatórios posteriores do conselho de supervisão do RRF.

Propostas como a securitização da dívida ativa e a realização de leilões reversos nos quais o Tesouro estadual compraria com deságio créditos de fornecedores foram simplesmente abandonadas por não serem mais consideradas factíveis. Só a securitização - conversão de ativos em títulos padronizados negociáveis - estava prevista para render R\$ 1,07 bilhão ao longo de dois anos: R\$ 194 milhões em 2017 e mais R\$ 881 milhões no ano passado.

Relatório do conselho de supervisão do RRF referente a setembro indica que o impacto financeiro das medidas de ajuste propostas estava R\$ 1,85 bilhão aquém do projetado para o período, considerando apenas as ações de caráter continuado. Já as medidas de caráter pontual resultaram numa frustração de aproximadamente R\$ 1,81 bilhão em relação ao total programado.

Durante o exercício de 2019 foram quitados R\$ 3,8 bilhões em restos a pagar, segundo a Secretaria de Fazenda. Restam, portanto, cerca de R\$ 14,8 bilhões a serem pagos. O montante ainda por quitar coincide com aquele divulgado pelo governo fluminense no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) para o período de janeiro a outubro.

“O estoque existente passa por uma análise criteriosa da Controladoria-Geral do Estado para avaliar a efetiva realização destas despesas e a Secretaria de Fazenda vem analisando o estoque para propor medidas de quitação”, justificou a secretaria.

A Secretaria de Fazenda destacou ainda que 2019 foi o primeiro ano após mais de uma década em que a arrecadação estadual não contou com receitas extraordinárias. O Estado do Rio tem direito a uma parcela de R\$ 1,06 bilhão referente a uma parte do bônus de assinatura do megaleilão do pré-sal, mas os recursos só poderão ser usados para cobrir despesas previdenciárias e para fazer investimentos. Desse total, aproximadamente R\$ 600 milhões estão previstos para serem creditados em 31 de dezembro.

“A expectativa de geração de restos a pagar para 2019 é apenas das despesas que não tiverem tempo hábil para serem pagas dentro do exercício”, esclareceu a secretaria fluminense.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Pare de perder dinheiro para os bancos
EUQUEROINVESTIR.COM

Economistas contestam cálculo de “PIB do governo” feito pela SPE

Para o professor da UnB Roberto Ellery, “ainda é muito cedo para dizer que o modelo mudou. É muita euforia para um número deslocado”

Por Fabio Graner — De Brasília

11/12/2019 05h01 · Atualizado há 4 horas



Roberto Ellery: “Ainda é muito cedo para dizer que o modelo mudou. É muita euforia para um número deslocado” — Foto: Luís Macedo/Câmara dos Deputados

Alguns economistas estão contestando a análise divulgada pelo governo de que o Brasil entrou definitivamente em um modelo no qual o Produto Interno Bruto (PIB) é puxado pelo setor privado, e não pelo governo. A equipe econômica está usando dados do PIB pelo lado da demanda, basicamente os números do consumo do governo e uma decomposição do investimento para corroborar sua tese, mas o método foi alvo de críticas inclusive de quem é ideologicamente próximo do atual time, como o professor da UnB Roberto Ellery.

Segundo ele, o PIB pelo lado da demanda, que inclui o consumo do governo, expressa para onde a produção está indo, não o que efetivamente está sendo produzido. Uma análise mais correta, para ele, seria o governo dissecar as contas nacionais pela ótica da produção, antes de fazer tal análise. “Está se fazendo um carnaval que não diz nada, uma propaganda vazia. Não tem nada de anormal em uma contração do consumo do governo”, disse ao **Valor**. “Ainda é muito cedo para dizer que o modelo mudou. É muita euforia para um número deslocado”, acrescentou, embora reconheça que esteja havendo esforço de contração fiscal.

Em postagem no seu blog, o economista, que chegou a colaborar com o time econômico da campanha bolsonarista, disse estar incomodado com o argumento utilizado. “De saída o argumento implica que é a demanda que puxa o PIB, uma tese mais próxima da abordagem keynesiana do que da abordagem de Chicago, em que é a oferta que puxa a demanda”, apontou. “Um segundo problema é a confusão entre consumo do governo e tamanho do governo. Nem todo gasto do governo é consumo do governo. Por exemplo, o PIB é calculado como a soma do valor

agregado e os impostos (entram apenas os impostos não incluídos no valor da produção e são excluídos os subsídios). Neste ano, o valor agregado, que corresponde a cerca de 86% do PIB, aumentou 0,9% e os impostos aumentaram 1,3%.

Ele disse não ser novidade que o crescimento do consumo do governo seja menor que o das famílias, fato que ocorreu em 15 dos últimos 23 anos. “O atual governo tem feito um esforço considerável para implementar uma agenda de reformas que aumente o papel do setor privado na produção e no investimento. Os frutos desse esforço ainda vão demorar um bocadinho para aparecer. Entendo que exista uma tentação para mostrar resultados, mas é preciso tomar cuidado”, disse. “O que os números das contas nacionais mostram, quando muito, é que o governo está consumindo uma fatia menor do bolo”, afirmou.

O professor da Universidade Federal do ABC e pesquisador da FGV, Guilherme Magacho, avalia que é preciso considerar que, dentro dos dados do setor privado, há elementos públicos, como no consumo das famílias, no qual parte é feita com dinheiro de transferências (como o Bolsa Família), ou no investimento, em que concessões são feitas com dinheiro privado, mas por demanda pública.

Ele aponta ainda que a análise do governo também desconsidera as interações entre o tipo de gasto público e o desenvolvimento privado. Segundo o economista, os investimentos governamentais, por exemplo, têm impacto positivo sobre as empresas. “Se o investimento público vai para baixo e é insuficiente para compensar a depreciação dos ativos, isso eleva custos logísticos, energéticos e outros que afetam negativamente o setor privado”, comenta.

Um outro economista, que pediu anonimato, avalia que há uma postura excessivamente ideológica no estudo da Secretaria de Política Econômica. “A queda do consumo do governo significa basicamente que está havendo menor prestação de serviço em saúde e educação. Não é exatamente quanto o governo gasta, que gasta com outras coisas, como Previdência, que afeta o consumo das famílias. O governo está fazendo uma discussão ideológica e, nesses termos, inútil”, segundo ele.

O subsecretário de Política Macroeconômica do Ministério da Economia, Vladimir Teles, rebate as críticas. Ele destaca que a conta do governo é uma maneira simplificada de traduzir algo que está acontecendo a partir de uma série de medidas do governo, como a redução do gasto federal em 0,5% ao ano, e redução de crédito direcionado. “Isso significa retração do setor público”, aponta, lembrando que o PIB do lado da demanda é igual ao PIB do lado da oferta.

Segundo Teles, mais importante que a queda do “PIB do governo” seria a constatação de que houve uma “quebra estrutural” da relação entre o setor público e privado. O economista do governo destaca que, até este ano, a série apontava uma forte correlação entre o PIB público e o privado. Agora, ressalta, há uma queda no PIB do governo acompanhada de alta do setor privado. Teles acrescenta que um aumento do consumo é esperado também quando há choques de oferta, em decorrência do aumento da renda das pessoas. “Se houvesse um choque de demanda, estaríamos vendo alta da inflação”, diz ele, acrescentando que até as expectativas inflacionárias de dez anos estão em queda.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Pare de perder dinheiro para os bancos
EUQUEROINVESTIR.COM

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Mocassim casual de couro legítimo em até 6x sem juros
ZENITTI

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Coluna de atualizações de preços e análises de mercado para famílias

FOLHA DE S.PAULO

Repasse direto de emendas para estados e municípios avança no Senado Federal

Texto, que vai a plenário, permite transferência de recursos sem destinação específica ou fiscalização da Caixa e órgãos de controle

Daniel Carvalho

BRASÍLIA A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado Federal aprovou nesta terça-feira (10) a nova versão de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que permite o repasse de emendas parlamentares diretamente a estados e municípios.

A votação foi simbólica, e o texto segue agora para o plenário. A proposta já havia sido aprovada no Senado em abril deste ano, mas, como foi alterada na Câmara, teve que retornar para a Casa de origem.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), demonstrou na semana passada sua preocupação com a demora na aprovação desta PEC.

Na sessão de quarta-feira (4), ele declarou que “142 congressistas mudaram a indicação de suas emendas individuais, porque essa proposta de emenda Constitucional autoriza os parlamentares que desejarem a aplicar de forma especial as emendas individuais impositivas, para que elas cheguem às prefeituras e aos estados através do FPM [Fundo de Participação dos Municípios] e do FPE [Fundo de Participação dos Estados]”.

“Se nós não aprovarmos essa emenda constitucional, 142 congressistas irão perder as suas indicações para os seus estados”, afirmou.

Sob o argumento de desburocratizar a liberação de ajuda às suas bases, o dinheiro

+ PROJEÇÃO DA DÍVIDA MELHORA

O governo federal reduziu a projeção de dívida pública em 2019 a 77,3% do PIB. Em outubro, estimava que a dívida bruta — que não leva em conta o que a União tem a receber — encerraria o ano em 80,8% do PIB

de emendas individuais impositivas poderá chegar aos caixas de prefeituras e governos estaduais sem destinação específica e sem a fiscalização e o cumprimento de exigências feitas atualmente pela Caixa Econômica Federal e por órgãos federais de controle.

O texto tira da União a possibilidade de remanejar recursos que eventualmente ficam retidos por falhas nos convênios ou restrições feitas pela Caixa. Deputados e senadores, por sua vez, argumentam que a Caixa, além de impor restrições, cobra caro para fazer o monitoramento e o repasse dos recursos.

A versão aprovada no início do ano permitia que a verba fosse utilizada para pagamento de pessoal, possibilidade que foi retirada pela Câmara.

As emendas de cada parlamentar, que são de pagamento obrigatório, podem chegar a estados e municípios por doação — que, na nova redação, passa a ser chamada de “transferência especial” — ou com finalidade de despesa definida.

Na primeira modalidade, os recursos são repassados independentemente da celebração de convênio e passam a pertencer ao estado ou município. Prefeito ou governador podem usar o dinheiro como bem entenderem, sem que o parlamentar defina uma obra.

Inicialmente, como o texto não fazia nenhuma ressalva, parlamentares entendiam que o dinheiro poderia pagar

despesas com pessoal ativo ou inativo ou de encargos referentes ao serviço da dívida.

A Câmara estabeleceu que pelo menos 70% das transferências especiais têm de ser usados para investimento e, no máximo, 30% para custeio.

“A limitação à destinação das transferências especiais parece-nos extremamente benéfica, sem que, contudo, se perca a flexibilidade necessária para o sucesso do novo instituto”, argumenta o relator da matéria no Senado, Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Para ele, estabelecer parâmetros para as transferências exige priorizar as despesas que trazem retorno mais duradouro para a coletividade, “algo que, com as dificuldades de se executar emendas individuais para investimentos, tem sido perdido ao longo dos vários exercícios financeiros”.

Anastasia acolheu emenda eliminando que explicitava que o controle dos recursos destinados por transferência especial ficaria a cargo dos órgãos de controle dos estados e municípios e pelos TCs (Tribunais de Contas dos Municípios) e TCEs (Tribunais de Contas dos Estados).

Também caiu parágrafo que dizia que, em transferência com finalidade de despesa definida, a aplicação de recursos seria fiscalizada pelos órgãos de controle federal e pelo Tribunal de Contas da União.

Deputados querem elevar repasse da União para municípios em R\$ 60 bilhões em 10 anos

Angela Boldrini e
Bernardo Caram

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados quer votar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que aumenta os repasses da União aos municípios, com impacto de R\$ 60 bilhões em dez anos para os cofres do Tesouro Nacional.

A proposta eleva em um ponto percentual o repasse realizado pelo governo federal ao FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

Hoje, a União destina 49% da arrecadação de Imposto de Renda e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para os governos regionais.

Desse montante, são 24,5%

49%
é o percentual de Imposto de Renda e IPI que a União destina aos governos regionais. A PEC propõe 50% e repasse do ponto percentual extra a municípios

para municípios, 21,5% para estados e 3% especificamente para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A nova regra aumenta o patamar total de repasse para 50% da arrecadação. O ponto percentual a mais será encaminhado aos municípios.

A proposta escalona o aumento a partir de 2020, com 0,25% a mais nos dois primeiros anos de efetividade da PEC, 0,5% no terceiro ano e 1% a partir do quarto ano.

A proposta, um pedido dos prefeitos, é articulada na Câmara pelo deputado Julio Cesar (PSD-PI). O grupo favorável pressiona pela votação ainda neste ano, para elevar os repasses já em 2020, ano de elei-

ção municipal. A mudança aumentaria o FPM em R\$ 1,3 bilhão já no ano que vem.

O governo federal é contrário à medida, que amplia os gastos da União em momento de forte aperto fiscal.

A equipe econômica argumenta que uma ampliação dos repasses aos governos regionais, em proporção muito maior, já está prevista nas propostas do Pacto Federativo enviadas pelo governo ao Congresso em novembro.

Membros de cúpula de partidos do centrão ouvidos pela Folha, porém, afirmam que, com a articulação deficiente no Congresso, o Executivo não tem como dar as cartas na pauta do plenário.

Veículo: Folha de SP	Caderno: Mercado
Data 11/12/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Mais de 50% dos brasileiros acham que a inflação vai subir, diz Datafolha

Expectativa dos entrevistados ocorre em momento de alta de preços da carne e dos combustíveis

11.dez.2019 às 2h00

Eduardo Cucolo
SÃO PAULO

Pesquisa Datafolha feita no início de dezembro mostra que 52% dos brasileiros avaliam que a inflação subirá nos próximos meses, maior percentual desde o levantamento de agosto de 2018 (54%). A piora na expectativa de inflação dos entrevistados se dá em um momento em que o IPCA (índice de preços ao consumidor do IBGE) [voltou a subir por conta de itens como carnes e combustíveis](#).

Na pesquisa anterior, feita no final de agosto deste ano, 46% afirmaram que a inflação iria subir. Em dezembro de 2018, 27% esperavam que os índices de preços aumentariam, patamar mais baixo já registrado em um levantamento Datafolha, considerando o período que tem início em dezembro de 1994. O percentual de pessoas que avaliam que a inflação irá cair passou de 20% em agosto para 17% em dezembro. Para 27%, a inflação ficará estável. Eram 30%, em agosto.

No levantamento, as pessoas foram questionadas se, na opinião delas, a inflação vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está daqui para frente. Foram realizadas 2.948 entrevistas, nos dias 5 e 6 de dezembro, em 176 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%.

O comportamento da inflação é um dos argumentos usados pelo Banco Central para reduzir a taxa básica de juros. Nesta quarta (11), o Copom (Comitê de Política Monetária) [deve reduzir a Selic de 5% para 4,5% ao ano](#) e pode indicar se será o último corte do ciclo iniciado em julho deste ano.

Depois de seis meses de inflação de 0,10% ao mês, em média, o índice de preços subiu 0,51% em novembro. Cerca de 40% da alta foi [reflexo do aumento da carne bovina](#). Para dezembro, as expectativas são de um IPCA de 0,70%.

A inflação acumulada em 12 meses continua em níveis historicamente baixos (3,27% até novembro) e deverá fechar 2019 e 2020 abaixo de 4%, algo que só aconteceu três vezes (2006, 2017 e 2018) desde que o país adotou o regime de metas de inflação, há 20 anos.

Apesar da queda na [cotação da arroba do boi nas últimas semanas](#), o preço da carne bovina para o consumidor pode ter em dezembro alta maior do que a verificada em novembro e se manter

elevado até o segundo trimestre de 2020, segundo estimativas de analistas do mercado financeiro. Em novembro, [o preço da carne bovina subiu 8%](#).

Essa alta, somada ao aumento de preços de outros alimentos e dos combustíveis, principalmente do etanol, deve manter a inflação medida pelo IPCA nos maiores níveis em quatro anos até fevereiro do próximo ano, segundo projeções dos analistas consultados pelo Banco Central na pesquisa semanal Focus. Espera-se, no entanto, que o índice de preços volte a recuar e [termine 2020 abaixo da meta perseguida pelo BC, de 4%](#), sem que haja necessidade de aumentar os juros.

Após a divulgação do IPCA de novembro, que veio acima do previsto, os analistas consultados pelo BC revisaram a projeção de inflação de dezembro de 0,48% para 0,70%. A estimativa para o fechamento do ano subiu de 3,52% para 3,84%. Não houve mudança na expectativa para o fechamento de 2020 (3,60%), o que reflete a avaliação de que o IPCA irá desacelerar ao longo do próximo ano. Os analistas também mantiveram a perspectiva de que o Copom [vai manter 4,5%](#) no próximo ano.

O preço da carne tem sido influenciado por diversos fatores, como a seca que prejudicou o pasto e afetou a engorda de bovinos, a falta de investimentos por causa dos preços estáveis nos últimos anos, e, principalmente, o [aumento da demanda da China](#). “Esse efeito das carnes na inflação tende a perdurar no primeiro trimestre, talvez no segundo trimestre, com a manutenção dessa alta dos últimos tempos até que esses efeitos se encerrem”, diz Daniel Linger, estrategista da RB Investimentos.

“Em 2020, a pressão [de alta] vai se dissipar, vai estabilizar em um patamar alto, mas não vai devolver toda a alta que a gente viu nesse ano”, diz Luis Otavio Leal, economista-chefe do Banco ABC Brasil. Ele afirma que, dos componentes do tradicional PF (prato feito), só o arroz está mais barato, o que explica a alta do item alimentação fora de casa do IPCA. Além da carne, houve forte alta do feijão no atacado, que já começou a chegar ao varejo, e reajustes de outras proteínas, por conta da substituição dos bovinos. Também se espera para janeiro e fevereiro, a depender das chuvas, aumento de hortifrutigranjeiros

Outro item do campo que tem pressionado a inflação é o álcool usado como combustível. O preço do etanol hidratado nas usinas de São Paulo passou de R\$ 2 por litro pela primeira vez na série histórica de preços do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). Embora as notícias sejam ruins para o consumidor, os números não são considerados um choque inflacionário, afirma Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset, que projeta um IPCA de 0,85% em dezembro, recuando praticamente à metade em janeiro.

Para ele, a alta dos preços é mais um fator que deve levar o BC a não reduzir mais a taxa básica (Selic) no próximo ano, quando o país irá conviver com patamares baixos inéditos de juros e inflação. Luis Otavio Leal, do ABC Brasil, afirma que, por enquanto, a alta da inflação é um choque de oferta e que o BC só age, nesses casos, quando há efeitos colaterais que geram repasses para outros preços.

“Se o próprio mercado acha que é um choque concentrado, não vejo motivo para o BC se preocupar com isso no curto prazo. Apenas diminuiu a chance de os juros irem abaixo de 4,5%”, afirma Leal. “Não vejo pressão inflacionária por questão de demanda”, afirma Daniel Linger, da RB Investimentos.

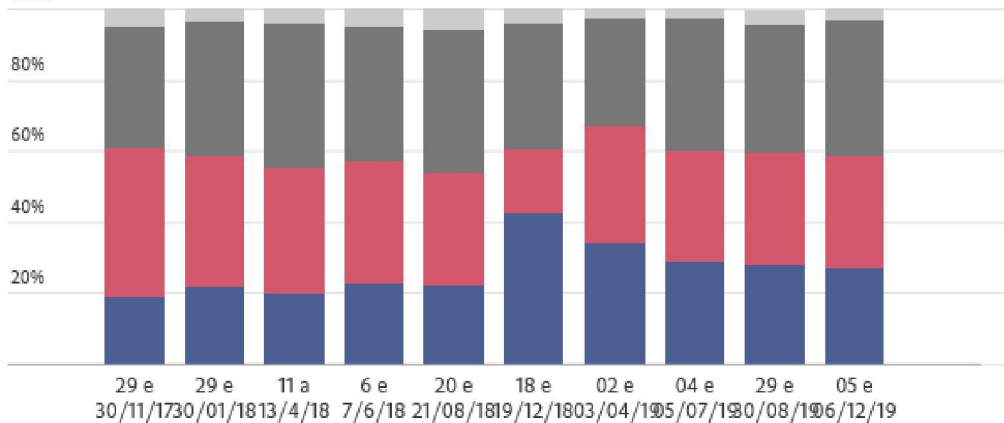
Evolução da expectativa do poder de compra do brasileiro

Na sua opinião, daqui para frente o poder de compra dos salários vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?

Em %

Vai aumentar Vai diminuir Vai ficar como está Não sabe

100%



Fonte: Datafolha

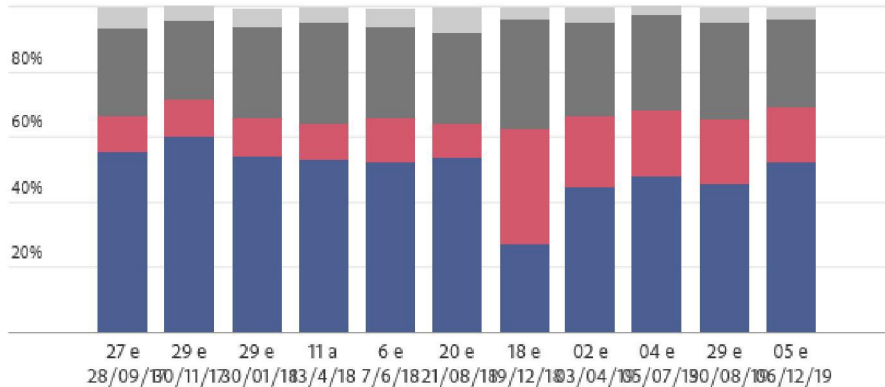
Datafolha mostra piora na expectativa de inflação

Na sua opinião, daqui para frente a inflação vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?

Em %

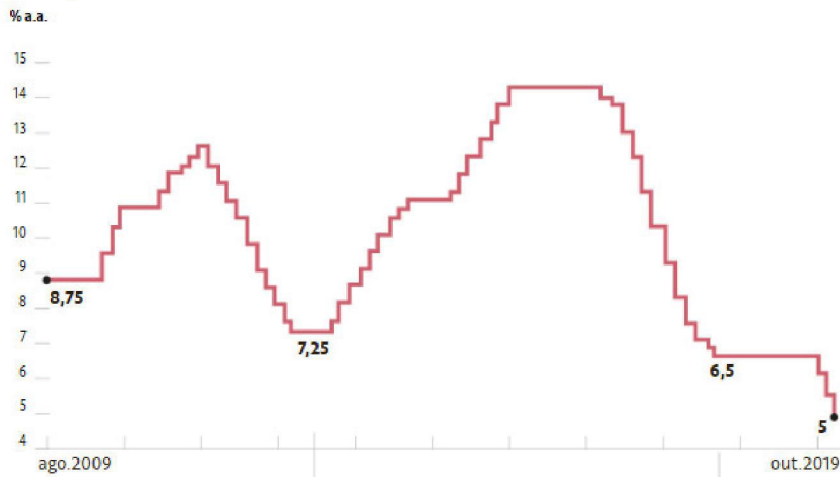
Vai aumentar Vai diminuir Vai ficar como está Não sabe

100%



Fonte: Datafolha

Meta para a taxa Selic



A Selic chegou a 7,25% ao ano em 2012, no governo Dilma Rousseff, rompendo o piso de 8,75% ao ano atingido no governo Lula em 2009

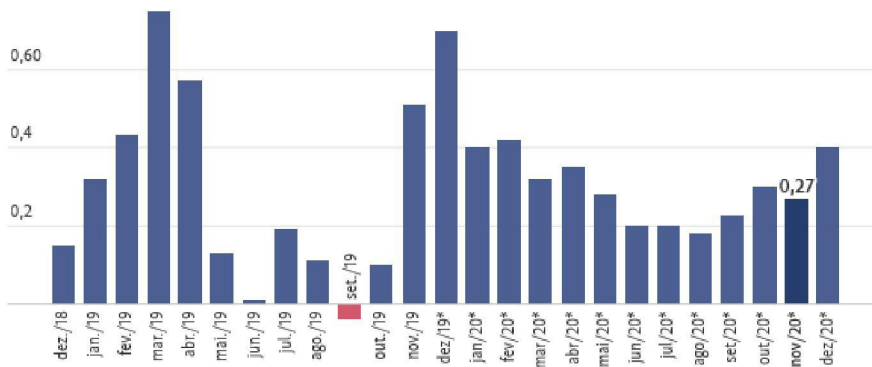
No governo Michel Temer, os juros atingiram nova mínima histórica de 6,5% ao ano

Neste ano, já foram feitos três cortes de 0,5 ponto percentual cada um

Fonte: Banco Central

Alimentos e combustíveis pressionam inflação na virada do ano

IPCA, em %



*Mediana das projeções da pesquisa | Focus/Banco Central. Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Banco Central

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 11/12/2019	Caderno: Economia



Relator limita corte de salário só para servidor que ganha mais de 3 mínimos

Em relatório apresentado na CCJ, o senador Oriovisto Guimarães propõe mudanças na abrangência da chamada PEC emergencial; parlamentar também altera critério para pagamento do abono salarial e prevê fim de 'efeito cascata' no Judiciário

Em relatório apresentado ontem na Comissão de Constituição e Justiça, o relator da chamada PEC emergencial no Senado, Oriovisto Guimarães (PODE-PR), sugeriu mudanças que limitam a abrangência do texto original proposto pelo governo federal, além de deixar aberta a possibilidade de redução do valor pago hoje a título de abono salarial a trabalhadores da ativa.

A PEC emergencial faz parte de pacote apresentado no mês passado pela equipe econômica, com propostas para a reestruturação da gestão das finanças públicas. O texto avaliado pelo senador prevê “gatilhos” como a redução de salários e jornada de trabalho de servidores em até 25% quando a União descumprir a regra de ouro – que proíbe o governo de contratar dívida para bancar despesas correntes, como salários e benefícios – e quando Estados e municípios gastarem 95% da arrecadação.

No parecer de Guimarães, porém, essa redução de jornada de trabalho e de salário somente poderia ser aplicada a servidores com remuneração superior a três salários mínimos, o equivalente hoje a R\$ 2.994. O relator decidiu incluir essa limitação como forma de tentar reduzir as resistências de parlamentares à proposta do governo.

Ele também propõe que a adesão ao ajuste seja opcional para Estados e municípios que atingirem 95% da arrecadação com despesas. Diz ainda que governadores e prefeitos podem adotar em parte ou na totalidade as medidas quando a despesa ficar entre 85% e 95% da receita corrente líquida. Nesse caso, os ajustes vão precisar ser confirmados pelos vereadores ou deputados estaduais em 180 dias.

O relator exclui ainda a possibilidade de quem não se enquadra nessas condições de adotar as medidas de aperto, diminuindo a quantidade de Estados e municípios alcançados. A PEC do governo previa que governadores e prefeitos poderiam acionar os gatilhos mesmo fora das condições de emergência, desde que aprovados pelo Legislativo em 180 dias.

Abono. O texto também permite que o pagamento do abono salarial não tenha mais vinculação com o salário mínimo. Atualmente, o benefício é garantido com o teto de um salário (R\$ 998) para trabalhadores que recebem até dois salários mínimos por mês. O valor é calculado na proporção de 1/12 do salário. Ou seja, a quantia que cada trabalhador recebe é proporcional ao número de meses trabalhados no ano anterior.

O parecer de Guimarães altera o texto da Constituição ao escrever que “é assegurado o pagamento de um abono salarial”, sem especificar o seu valor. Em outro trecho, o senador colocou que o pagamento e os valores do abono podem variar de acordo com a remuneração do empregado,

condicionando o benefício à existência de recursos carimbados com essa finalidade na lei orçamentária anual.

“Dessa maneira, entendemos que, na eventualidade de resultados positivos, o valor do abono pode ser inclusive superior ao atualmente previsto na legislação”, escreveu ele. A ideia, então, é deixar que os parlamentares escolham anualmente o valor do benefício, de acordo com a disponibilidade do Orçamento. Caso o Congresso queira dar um valor maior, isso será possível, mas isso vai implicar cortes de verbas em outras áreas.

Judiciário. O relatório do senador também faz referência ao controle de gastos no Judiciário. O parecer proíbe expressamente o chamado “efeito cascata” de vencimento do Supremo Tribunal Federal (STF) em carreiras do Judiciário. O texto mantém apenas a vinculação com os subsídios dos magistrados de outros tribunais superiores.

Ou seja, a remuneração dos integrantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Superior Tribunal Militar (STM) continuaria sendo de 95% dos subsídios do STF. Mas para o restante do Judiciário, o efeito ficaria proibido.

Hoje, tribunais editam portarias vinculando os salários de seus integrantes aos reajustes dados a ministros do STF, e para isso se baseiam na Constituição em vigor (que fala de tribunais superiores e não proíbe o efeito cascata) e leis estaduais que preveem a vinculação.

Veículo: O Globo	Online
Data: 11/12/2019	Coluna: Economia



Em áudio, secretária sugere até empréstimo para pagar salários

Titular da Saúde diz a funcionários de hospital que prefeitura tenta solução



Visita. A secretária Ana Beatriz Busch chega ao Hospital Albert Schweitzer

Em uma conversa no sábado passado com funcionários do Hospital Albert Schweitzer, em Realengo, quer estringiu drasticamente o atendimento, a secretária municipal de Saúde, Ana Beatriz Busch, reconheceu que a prefeitura está com dificuldade para pagar os salários e pediu um prazo — que terminou anteontem — para tentar apresentar uma solução. Em uma gravação de áudio obtida pelo “RJ TV”, da Rede Globo, ela explicou que a suspensão de um arresto pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) complicou a situação e reconheceu que não poderia se comprometer a quitar as dívidas. Na conversa, ela afirmou que, em último caso, o município poderia tentar pegar um empréstimo. Porém, a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe que empréstimos sejam contraídos para pagar salários.

—Vocês me dão esse tempo até segunda-feira (anteontem) porque eu não tenho nada para fazer. Espero que vocês entendam isso: a gente tem que aguardar. Sentença judicial a gente tem que cumprir e apelar ou cumprir e não apelar —disse, assegurando estar confiante no sucesso da petição feita ao TST para liberar o dinheiro da União que seria reposto com receita de IPTU do início do ano que vem. —Uma petição tão clara, dinheiro de tijolo de obra que pode ser colocado em janeiro, fevereiro... Tem dinheiro para isso, IPTU da cidade do Rio de Janeiro.

No áudio, gravado por um funcionário, uma pessoa pergunta a Ana Beatriz se há possibilidade de o pagamento dos salários atrasados —outubro e novembro —não ser feito este ano. Ela responde que não trabalha com essa hipótese:

— Olha, eu não trabalho com essa hipótese. Se tudo der errado e for indeferido, aí a gente tem que sentar e, até terça-feira (ontem), ter uma solução — disse, acrescentando que, em último caso, o prefeito Marcelo Crivella pode recorrer à Secretaria municipal de Fazenda para buscar dinheiro via arrecadação ou através de um empréstimo.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

AGRICULTURA

Previsão indica safra de grãos histórica em 2020

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL
Agência Brasil, Rio de Janeiro

A safra nacional de grãos de 2020 deve atingir 240.913.898 toneladas, o que será um recorde. Se confirmado, o resultado vai ultrapassar em 33,6 mil toneladas o esperado para 2019. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as estimativas indicam que as safras 2019 e 2020 devem se tornar as maiores da série histórica iniciada em 1975. Vão superar o atual recorde registrado em 2017, quando somou 238,4 milhões de toneladas. Os números estão no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgado ontem pelo IBGE.

De acordo com as previ-

GARANTIA-SAFRA PAGA A 22 MIL AGRICULTORES

O Ministério da Agricultura anunciou o pagamento do Garantia-Safra para cobrir perdas com a seca no ciclo 2018-2019. São 22.680 agricultores familiares de Alagoas, da Bahia, de Minas Gerais e da Paraíba

sões, a produção de soja terá crescimento de 6,7%; a de algodão, 2,0%; e a do arroz, 1,0%; mas a do milho sofrerá redução de 7,5%. O mesmo deve ocorrer com o feijão em grão primeira safra, com queda de 0,3%.

Para o milho, o IBGE es-



Jonas Oliveira / Fotos Públicas

tima produção de 92,7 milhões de toneladas no próximo ano. A redução de 7,5% prevista em relação à safra 2019 significa recuo de 7,5 milhões de toneladas. "Mantém-se a tendência de um maior volume de produção do milho em segunda

saifa, devendo essa safra participar com 72,3% da produção nacional para 2020, contra 27,7% de participação da primeira safra de milho", observou o pesquisador do IBGE, Carlos Barradas.

Na soja, a lata de 6,7%, representa o total de 120,8 mi-

lhões de toneladas em 2020. Entre os maiores produtores, boa parte desse volume se refere ao Mato Grosso. Lá a estimativa é colher 33 milhões de toneladas. Em relação a 2019, representa crescimento de 2,2%. O Paraná, que é o segundo maior

Produção de soja terá crescimento de 6,7%

produtor, prevê aumento de 22,5%, com a produção de 19,8 milhões de toneladas. Também se confirmou, vai significar uma recuperação, uma vez que em 2019 severas restrições de chuvas e o excesso de calor durante o ciclo da cultura comprometeram a safra.

Este ano

A safra nacional também deve atingir 240.880.344 toneladas em 2019. Com isso, supera o recorde de 2017, em 2,4 milhões de toneladas. Segundo o IBGE, representa alta de 6,4% na comparação do que foi produzido em 2018, quando atingiu 226,5 milhões de toneladas. Os números do LSPA indicam que o resultado foi influenciado pela produção do milho.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

FLÁVIA ALBUQUERQUE

Agência Brasil, São Paulo

As exportações brasileiras de carne bovina devem fechar o ano de 2019 com 1,83 milhão de toneladas embarcadas e receita de US\$ 7,5 bilhões. Se esses números se confirmarem, representarão um crescimento de 11,3% e 13,3%, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), que divulgou os dados ontem.

Segundo o balanço da entidade, de janeiro a novembro, as vendas registraram 1,673 milhão de toneladas, com avanço de 12,33% em relação ao mesmo período de 2018. O faturamento teve crescimento de 12,6% ao atingir um total de US\$ 6,748 bilhões. Em novembro as exportações chegaram a 179.948 toneladas, 13,8% a mais do que o mesmo mês de 2018. O faturamento fechou o mês com US\$ 847,544 milhões, o que representa um crescimento de 36,7%.

De acordo com a Abiec, os resultados são reflexo do crescimento da demanda chinesa, que responde por 24,5% do total exportado pelo Brasil. De janeiro a novembro as exportações para esse país totalizaram 410.444 toneladas, 39,5% a mais do que o mesmo período do ano passado. O faturamento cresceu 59,7% ao chegar a US\$ 2,171 bilhões.

Vendas para China

"A China é uma operação extremamente rentável. Com relação à China, nós sempre temos um contrato pronto, um em produção, um contêiner embarcando e um já na água. Então isso se reveste de um ciclo comercial bastante interessante pelo volume e demanda. A China hoje é um grande parceiro brasileiro. Hoje temos 37 plantas habilitadas para exportar para a China", disse o presidente da Abiec, Antô-

COMÉRCIO Um total de 1,83 milhão de toneladas deve ser embarcado até o final do ano

Exportações de carne tendem a fechar 2019 com resultado recorde



Abiec / Divulgação

Em 2019, as vendas brasileiras de carne bovina para o mercado internacional devem registrar uma receita de US\$ 7,5 bilhões

"Com relação à China, sempre temos um contrato pronto"

ANTÔNIO CAMARDELLI da Abiec

nio Jorge Camardelli.

Para o ano de 2020 a estimativa é que o ritmo de crescimento se mantenha, puxado pela possível habilitação de novas plantas para a China e abertura de novos mercados. A expectativa é que haja crescimento de 13%, alcançando 2,067 mi-

lhões de toneladas. O faturamento deve ter um crescimento de 15%, com receita de US\$ 8,5 bilhões.

Com relação aos preços da carne no mercado interno, Camardelli afirmou que, apesar do "soluço" que houve entre os meses de outubro, novembro e dezembro,

que foi protagonizado por uma elevação da demanda de volume que provocou o desajuste dos preços, elevando o valor da carne, a expectativa é que haja uma acomodação.

"Os preços já sinalizaram uma diminuição na China. Naturalmente deverá haver

uma adequação em relação à matéria-prima. Então a expectativa que se tem é que ainda haja uma zona cinzenta, usando como referência o ano novo chinês em 25 de janeiro, e depois deve haver uma normalização de acordo com oferta e procura", disse.

Décimo terceiro do Bolsa Família começa a ser pago

BENEFÍCIO Os beneficiários do Bolsa Família começaram a receber, ontem, o abono natalino, equivalente ao décimo terceiro do benefício. Instituído pela Medida Provisória 898, editada em outubro, o abono consiste no benefício pago em dobro em dezembro.

Segundo a Caixa Econômica Federal, que administra os pagamentos, 13,1 milhões de famílias estão sendo atendidas pelo Bolsa Família em dezembro. Neste mês, o governo desembolsará R\$ 2,5 bilhões com o pagamento do benefício referente ao mês, mais R\$ 2,5 bilhões

com o décimo terceiro.

O benefício extra será pago com o mesmo cartão, nas mesmas datas e por meio dos mesmos canais pelos quais os beneficiários recebem as parcelas regulares do Bolsa Família. Os beneficiários que recebem por meio de crédito em conta poupança ou na conta Caixa Fácil terão o valor do abono natalino creditado nas mesmas contas.

O calendário de pagamentos seguirá o dígito final do Número de Inscrição Social (NIS) do responsável familiar apresentado no cartão do programa.

CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS DO ABONO NATALINO

Final 1
Ontem

Final 2
Hoje

Final 3
Amanhã

Final 4
Sexta

Final 5
Dia 16

Final 6
Dia 17

Final 7 Dia 18

Final 8
Dia 19

Final 9
Dia 20

Final 0
Dia 23

Tribuna

13ª parcela do Bolsa Família vai beneficiar 1,7 milhão de famílias

O pagamento da 13ª parcela do Programa Bolsa Família começou ontem e segue até 23 de. O repasse do benefício extra acompanha o pagamento de dezembro — o que significa, neste mês, pagamento do benefício em dobro. No total, mais de R\$ 665 milhões serão pagos a 1.750.294 famílias baianas. O repasse reforça o compromisso do governo federal em combater as desigualdades sociais do País, aumentando o poder de compra das famílias mais pobres. O benefício médio, acumulando o valor extra, será de R\$ 380,15 por beneficiário da Bahia.

Mãe de dois filhos, a agricultora familiar Erivana Loiola conta como o 13º pagamento irá ajudar no orçamento de casa. “É a conta de luz, é o material para a escola, às vezes, sandália, roupa para a criança, remédio. Vem na hora certa. Às vezes, não dá, mas você sabe que vai receber e uma boa parte das coisas que

you precisa, você vai conseguir pagar ou comprar. Ai eu já não preciso ficar preocupada como eu vou arrumar o dinheiro para comprar o material da escola para o ano que vem”, disse.

No total, mais de R\$ 5 bilhões serão pagos a 13.170.607 famílias em todo o Brasil — este é o maior repasse já realizado na história do Bolsa Família. O ministro da Cidadania, Osmar Terra, ressalta a importância do incremento no orçamento das famílias que estão no limite da extrema pobreza, no fim do ano: “Essa é uma determinação do presidente Jair Bolsonaro. O presidente fez questão de ampliar este recurso. É uma maneira de reforçar o Natal das famílias mais pobres do Brasil”.

O pagamento será possível graças às melhorias na gestão e ao aumento de R\$ 2,58 bilhões no orçamento do Ministério da Cidadania, assegurado pelo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do Primeiro Bimestre de 2019, do

Ministério da Economia. No ano, o Bolsa Família fechou o orçamento em R\$ 33,6 bilhões, cerca de 10% a mais do que em 2018 (R\$ 30,6 bilhões).

O programa atende às famílias que vivem em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais; e na pobreza, com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178 mensais.

SAIBA MAIS

Em dezembro, como em todos os meses, o pagamento do benefício segue o calendário escalonado. Para saber o dia do pagamento, o beneficiário deve conferir o Número de Identificação Social, o NIS, impresso no cartão do programa. Os que terminam com final 1 podem sacar o dinheiro no primeiro dia do pagamento. Os com final 2, no segundo dia — e assim por diante. Os recursos ficam disponíveis para saque por um período de três meses. Para saber a data exata do pagamento, basta acessar: facebook.com/bolsafamilia.

Tribuna

Exportações de carne podem fechar 2019 com resultado recorde

FLÁVIA ALBUQUERQUE -
REPORTER DA AGENCIA
BRASIL SÃO PAULO

As exportações brasileiras de carnes bovinas devem fechar o ano de 2019 com 1,83 milhão de toneladas embarcadas e receita de US\$ 7,5 bilhões. Se esses números se confirmarem, representarão um crescimento de 11,3% e 13,3%, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), que divulgou os dados ontem, na capital paulista. Segundo o balanço da entidade, de janeiro a novembro, as vendas registraram 1,673 milhão de toneladas, com avanço de 12,33% em relação ao mesmo período de 2018. O faturamento teve crescimento de 12,6% ao atingir um total de US\$ 6,748 bilhões. Em novembro as exportações chegaram a 179.948 toneladas, 13,8% a mais do que o mesmo mês de 2018. O faturamento fechou o mês com US\$ 847,544 milhões, o que representa um crescimento de 36,7%.

De acordo com a Abiec, os resultados são reflexo do crescimento da demanda chinesa, que responde por 24,5% do total exportado pelo Brasil. De janeiro a novembro as exportações para esse país totalizaram 410.444 toneladas, 39,5% a mais do que o mesmo período do ano passado. O



faturamento cresceu 59,7% ao chegar a US\$ 2,171 bilhões.

“A China é uma operação extremamente rentável. Com relação à China nós sempre temos um contrato pronto, um em produção, um contêiner embarcando e um já na água. Então isso se reveste de um ciclo comercial bastante interessante pelo volume e demanda. A China hoje é um grande parceiro brasileiro. Hoje temos 37 plantas habilitadas para exportar para a China”, disse o presidente da Abiec, Antônio Jorge Camardelli.

Para o ano de 2020 as estimativas são de que o ritmo de crescimento se mantenha, puxado pela possível habilitação de novas plantas para a China e abertura de novos mercados. A expectativa é a de que haja crescimento de 13%, alcançando 2,067 milhões de toneladas.

O faturamento deve ter um crescimento de 15%, com receita de US\$ 8,5 bilhões.

Com relação aos preços da carne no mercado interno, Camardelli afirmou que apesar do “soluço” que houve entre os meses de outubro, novembro e dezembro foi protagonizado por uma elevação da demanda de volume que provocou o desajuste dos preços, elevando o valor da carne, mas a expectativa é a de que haja uma acomodação.

“Os preços já sinalizam uma diminuição na China. Naturalmente deverá haver uma adequação em relação à matéria-prima. Então a expectativa que se tem é a de que ainda haja uma zona cinzenta, usando como referência o ano novo chinês em 25 de janeiro, e depois deve haver uma normalização de acordo com oferta e procura”, disse.

Tribuna

Corte de salário de servidor deve valer para quem ganha acima de 3 mínimos

MARCELLO CORRÊA,
O GLOBO

O relator da chamada PEC Emergencial, senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), limitou o corte de salários e carga horária previsto pela proposta a servidores que recebem mais de três salários mínimos, hoje o equivalente a R\$ 2.994.

No parecer apresentado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado nesta terça-feira, o parlamentar abriu ainda uma exceção na regra que proíbe o ingresso de novos servidores para permitir a contratação de médicos.

O parecer ainda tem que ser aprovado na própria CCJ e em plenário no Senado e na Câmara antes de entrar em vigor. A tramitação só deve ser concluída no ano que vem. Portanto, nenhuma das medidas propostas na PEC são imediatas.

A PEC Emergencial é uma proposta de emenda à Constituição elaborada pelo governo para controlar os gastos públicos. O texto autoriza União, estados e municípios a tomarem medidas de ajuste, caso estejam com as finanças desequilibradas. Uma das ações é o corte de até 25% de salários e jornada de trabalho

de servidores públicos.

Segundo Guimarães, a decisão de blindar dos cortes servidores com salários mais baixos foi feita a pedido da presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS). O relator argumentou que a medida teria impacto em servidores municipais, que recebem salários menores.

O governo federal espera economizar, só com essa medida da PEC emergencial, R\$ 10,5 bilhões em dois anos. Questionado sobre o impacto da flexibilização, Guimarães disse que o impacto no funcionalismo federal será "quase zero".

— O impacto (na economia prevista) é pequeno. É mais para proteger essas pessoas (servidores municipais) mesmo. Foi um pedido da senadora Simone Tebet, ela me sensibilizou — disse o relator.

Em outro ponto do parecer, o parlamentar decidiu acolher uma proposta feita pelo senador José Serra (PSDB-SP) para excluir da trava a novas contratações previstas pela PEC a contratação de médicos do programa Médicos pelo Brasil, novo nome do Programa Mais Médicos. Ex-ministro da Saúde, o parlamentar argumentou que a proibição de

novas contratações no setor inviabilizaria a execução do programa.

Guimarães acolheu a mudança e concordou com a argumentação de Serra. Na avaliação do relator, "seria contraditório neste momento, vedar por vários exercícios a contratação de médicos que foram considerados urgentes para o atendimento à atenção primária a saúde em locais de difícil provimento ou alta vulnerabilidade", diz trecho do relatório.

Segundo o relator, as mudanças feitas foram decididas em acordo com a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes:

— Eles (equipe econômica) também estão de acordo, não há problema nenhum. Eles estão de acordo com o relatório, as duas equipes discutiram o tempo inteiro, tudo que foi feito foi a muitas mãos.

O parecer negou a maioria das 59 emendas apresentadas ao texto — a maioria delas, sugeridas pelo senador Paulo Paim (PT), no sentido de desidratar a proposta. O relator negou ainda uma emenda apresentada pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que queria blindar servidores com dedicação exclusiva da medida de cortes de salários.

Tribuna

Consumidor paga até 70% de imposto em produtos do Natal

RAYLLANNA LIMA
REPÓRTER

A Tribuna da Bahia anunciou ontem (10) que o comércio baiano está otimista e espera que o Natal e 2019 seja o melhor dos últimos seis anos, devido a retomada da confiança do consumidor. Sendo uma das datas mais importantes do ano, contudo, o Natal traz também um aumento na carga tributária dos produtos típicos para o período.

De acordo com levantamento feito pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a ceia natalina este ano vai ser pesada. Para se ter uma ideia, quase 70% do preço de um vinho importado corresponde aos impostos. O mesmo ocorre com o espumante, cuja carga tributária é de 59,4%.

Os impostos que incidem sobre os enfeites para a casa também não ficam atrás e continuam a pesar no bolso. As famosas luzinhas possuem 44,4% de carga de impostos. A árvore e os cartões natalinos são tributados em 39,2% e 37,4%, respectivamente. Até mesmo quem planeja se vestir de Papai Noel terá que pagar mais caro, já que, sobre o preço da



Fotos: Romildo de Jesus

TRIBUTOS

O panetone, por exemplo, tem carga tributária de 34%. O vinho importado é o campeão com 70%

roupa, incidem 34,67% de tributos.

Dos produtos que compõem a ceia, a menor carga tributária este ano, segundo o levantamento da associação, é a que está embutida sobre as gulosei-

mas, a exemplo do panetone (34%, peru (29%) e tender (29%).

Diante do levantamento, o economista da ACSP, Emilio Alfieri dá o diagnóstico: "O consumidor paga mais de imposto sobre os

produtos de Natal do que o valor real que eles custam". "Porém, vale lembrar que o ponto positivo é que o governo está interessado em reformas para diminuir gastos públicos e adequá-los à arrecadação", afir-

mou.

Para ele, o ideal para o consumidor seria uma simplificação no sistema tributário brasileiro, este que possui mais de 60 impostos, taxas e contribuições, segundo o Institu-

to Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

"Por enquanto, assim como não dá para escapar da festa, o consumidor acaba gastando mais por conta das taxações pesadas da data - inclusive sobre alimentos, os produtos mais consumidos", avaliou.

A Associação Comercial de São Paulo apontou em sua pesquisa o valor tributário sobre outros produtos, como taça (37%), castanhas (36%), frutas cristalizadas (36%), nozes (36%) e vela (35%).

Durante esse período, a cerveja e o vinho tradicional também ficam mais caros, ocupando a lista dos quatro primeiros no ranking de produtos mais tributados, com 55% e 54%, respectivamente.

Por isso, alerta a educadora financeira Cristina Soares, 38, é preciso pesquisar e aproveitar possíveis promoções. "É comum os produtos ficarem mais caros, contudo costuma surgir promoções que são realmente verídicas. Hoje há páginas nas redes sociais, como Instagram, onde as pessoas postam promoções relâmpagos. Há ferramentas que permitem ao consumidor ficar antenado para tentar driblar esse alto custo no preço da ceia de Natal", afirmou.

Tribuna

IBGE

Produção de grãos deve aumentar em 2020

YURIABREU
REPÓRTER

Soja, milho e algodão. Estes serão alguns dos grãos cuja safra deverá ter crescimento no ano de 2020 na Bahia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados, que fazem parte do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), foram divulgados pelo órgão nesta terça-feira.

Conforme o Instituto, devem aumentar, no estado, as produções de soja (de 5,3 milhões para 5,4 milhões de toneladas, aumento de 2,9%), milho 1ª safra (de 1,365 milhão para 1,386 milhão de toneladas, aumento de 1,5%), milho 2ª safra (de 276 mil toneladas para 358,8 mil toneladas, aumento de 30%), algodão (de 1,494 milhão para 1,512 milhão de toneladas, aumento de 1,2%) e feijão 2ª safra (de 117,6 mil para 148,2 mil toneladas, aumento de 26%).

Em sentido oposto a essa elevação, a produção da 1ª safra de feijão deve ficar menor no ano que vem, segundo o IBGE. A produção deve cair de 172,8 mil em 2019 para



SOJA

Produção deve saltar de 5,3 mi para 5,4 mi de ton

143,4 mil toneladas em 2020, ou uma queda de 17%. De acordo com o órgão, a justificativa para isso se deve em razão de uma queda no rendimento médio, de 705 kg/hectare para 585 kg/hectare: baixa de pouco mais de 18%.

A nível de Brasil, o Instituto informou que o segundo prognóstico nacional para a safra 2020 de cereais, leguminosas e oleaginosas prevê que ela seja recorde, chegando a 240.913.898 de toneladas, superando em 33,6 mil

toneladas o resultado esperado para 2019 (240.880.344 de toneladas).

No país como um todo, entre os cinco produtos de maior peso são esperadas variações positivas do algodão (2,0%), arroz (1,0%) e soja (6,7%). Por outro lado, quedas devem ser registradas no milho (-0,8% na 1ª safra e -9,8% na 2ª safra) e no feijão (-0,3% na 1ª safra).

ESTIMATIVAS 2019

Ontem, o IBGE

também divulgou as estimativas de safra para o ano de 2019, mesmo com as colheitas praticamente concluídas. No geral, a 11ª previsão para a safra baiana de grãos neste ano manteve, em novembro, a estimativa de produção de 8.233.928 toneladas, 11,7% menor que o recorde do ano de 2018, com cerca de 9,3 milhões de toneladas.

Ainda segundo a estimativa, neste ano, nove das 26 safras de produtos investigadas pelo órgão, na Bahia, deverão ser maiores do que em 2018. Os produtos com maiores aumentos absolutos deverão ser as de mandioca (mais 329.925 toneladas), algodão herbáceo (mais 245.846 toneladas) e milho 2ª safra (mais 228,6 mil toneladas).

Por outro lado, soja, milho 1ª safra e cana-de-açúcar devem ter as maiores quedas de produção, em termos de volume. Por conta dos resultados, o estado deverá fechar o ano com uma participação de 3,4% na produção brasileira de grãos. Mato Grosso é o líder, com 28% do total, seguido por Paraná (15%) e Rio Grande do Sul (14,4%).